



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro – Rio de Janeiro

Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia
“Arquivologia e suas múltiplas interfaces”
Edição Ampliada



AAERJ

Associação dos Arquivistas
do Estado do Rio de Janeiro



ENARA

Executiva Nacional das Associações
Regionais de Arquivologia

De 20 a 24 de outubro de 2008
Rio de Janeiro

Executiva Nacional Das Associações Regionais De Arquivologia - ENARA

Coordenador: Daniel Beltran Motta

Entidades Filiadas:

ABARQ - Associação Brasiliense de Arquivologia
Presidente: Guaraci Paes

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (Coord.)
Presidente: Carlos Frederico Machado

AARQES - Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo
Presidente: André Malverdes

AAPR - Associação dos Arquivistas do Paraná
Presidente: Eleopérico Fiori

AABA - Associação dos Arquivistas da Bahia
Presidente: Pablo Soledade de Almeida Santos

Coordenação do III Congresso Nacional de Arquivologia

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

Coordenação Geral:

Daniel Beltran Motta - Coordenador da ENARA

Carlos Frederico Machado - Presidente da AAERJ

Anna Carla Almeida Mariz - Presidente da Comissão Científica do III CNA

Equipe de Apoio:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Patrícia Kelly dos Santos

Paulo Rodrigues

Renato Motta

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Wagner Ridolphi

Equipe de Divulgação:

Paraíba: Marcela Teixeira	Rio Grande do Sul: Vinícius Mitto Navarro
Bahia: Ricardo Sodré Andrade	São Paulo: Inaldo Nascimento Conceição
Goiás: José Adilson Dantas	Distrito Federal: Associação Brasiliense de Arquivologia – ABARQ
Paraná: Associação dos Arquivistas do Paraná – AAPR	Espírito Santo: Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - AARQES

Comissão Científica

Anna Carla Almeida Mariz, DSc (Presidente)

José Maria Jardim, DSc

Luiz Cleber Gak, DSc

Julia Bellesse da Silva Lins, DSc

Vanderlei Batista dos Santos, MSc

Daniel Flores, DSc

Elaine Coutinho Marcial, MSc

Márcia Valéria Brito Costa, MSc

Comissão de Apoio Científico:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Equipe Editorial

Coordenação:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta

Projeto Gráfico:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Welder Antônio Silva
Michel El-Chaer Saddock de Sá

Redação e Organização:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Lucina Ferreira Matos
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Revisão:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Edição e Distribuição:

ENARA - Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia
AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
III Congresso Nacional de Arquivologia

C749t Congresso Nacional de Arquivologia (3. : 2008 : Rio de Janeiro, RJ)
 III Congresso Nacional de Arquivologia : tema, arquivologia e suas múltiplas interfaces . – ed. aum. - Rio de Janeiro : ENARA : AAERJ, 2008.
 1 cd-rom ; 4 ¾ pol.

1. Arquivologia - Congressos. I. Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivistas (Brasil).
II. Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro.
III. Título.

CDD: 027
ISBN: 978-85-62320-00-2

III Congresso Nacional de Arquivologia

Tema: "Arquivologia e suas múltiplas interfaces"

Eixos temáticos:

A Arquivologia contemporânea: métodos, objetos e dimensões teóricas.

A Arquivologia e suas relações com outros campos do conhecimento (seja nas práticas profissionais ou na produção do saber arquivístico)

Áreas de concentração:

1. Ensino e pesquisa em Arquivologia
2. Políticas arquivísticas
3. Normalização arquivística
4. Gestão e preservação de documentos digitais
5. Gestão e preservação de documentos audiovisuais
6. Tendências no mercado de trabalho
7. Relações interdisciplinares: confluências e antinomias.

Ementa:

A Arquivologia como território interdisciplinar. A arquivologia e as ligações que podem contribuir para o seu desenvolvimento. Os pontos de união com as outras áreas com as quais se relaciona e/ou faz fronteira, a compreensão dessas relações, os pontos de convergência e divergência e as disciplinas que favorecem os estudos arquivísticos e são favorecidas por eles. A arquivologia e o seu próprio território. A relação entre as partes do todo. O fortalecimento e o desenvolvimento da arquivologia. Reflexões sobre a área e as questões referentes ao seu objeto de estudo, considerando as suas especificidades.

Sessão de Abertura

Dia 20/10 – Arquivo Nacional
18hmin – 21h00min

Palestra:

Construção das múltiplas interfaces da Arquivologia

Maria Izabel de Oliveira

Sessões Plenárias

Dia 21/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Mediator: Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Palestras:

Dimensões interdisciplinares da Arquivologia
José Maria Jardim

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia
Luiz Cleber Gak

Archivistica y Sociedad. Un alianza impresindible para el afianzamiento de la profesión
Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Dia 23/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Mediator: Vanderlei Batista dos Santos

Palestras:

Fatores de risco de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico
Mário Augusto Muniz Guedes

Certificação Digital integrada ao GED: conceitos, fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos analógicos para digitais
Stefano Kubiça

Dia 24/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Normalizações e Políticas Arquivísticas

Mediator: Paulo Knauss

Palestras:

Normas e Políticas Públicas Arquivísticas: uma abordagem conceitual
Ana Celeste Indolfo

ISDF: Uma nova norma para a recuperação do contexto
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en España
Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Comunicações Livres

Dia 21/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Ricardo Sodré Andrade
(Mestrando em Ciência da Informação - UFBA)

Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo– PROGED
Alessandra Baptista Lyrio, Herlon Nardoto Gomes, Sandro Pandolfo da Costa,
Jussara Texeira, Ruth Mirian Salay de Mello, Aline Souza Gaigher, Silas Raasch

Integração de instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Vânia Medeiros Ribeiro, Maria Lourdes Blatt Ohira, Delsi Fries Davok

Gestão Arquivística de Documentos no Jornal Correio Braziliense: do planejamento à ação

Vânia Caldas, Paulo Vinícius Sette de Lima Mello, Michelle Ribeiro Cortês

Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: o projeto-piloto na Faculdade de Ciências Econômicas

Flavia Helena Conrado, Maria do Rocio Fontoura Teixeira

A gestão arquivística em uma instituição de ensino em saúde: um estudo de caso

Aline Pestana de Menezes, Ana Carolina Andrade dos Santos, Janete Romeiro, José Mauro da Conceição Pinto, Rodrigo Ferreira do Carmo

Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as Instituições Federais de Ensino Superior e Tecnológico do Ministério da Educação
Inaldo Nascimento Conceição

Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis
Rafaela Augusta de Almeida

Dia 21/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderadora: Lucina Ferreira Matos
(Mestranda em História, Política e Bens Culturais - FGV)

A contribuição da Arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um Museu: O caso do Museu Histórico e de Artes de Ibirapuã – PR - “Espaço de Memória”

Gleice Carlos Nogueira Rodrigues

Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira
Luciana Souza de Brito

Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto
Rita de Cássia Souza Ribeiro

Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens
Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza

A migração de suporte para preservação do acervo sonoro da Rádio MEC
Marcelo de Oliveira Albuquerque e Munik de Araujo Miranda

Nova dança para uma velha orquestra: os sistemas nacionais de informação
Miriane da Costa Peregrino

A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais
Tiago Braga da Silva, Attilio Provedel

Dia 22/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: André Ricardo de A. V. Luz
(Mestrando em Ciência da Informação - UFF/IBICT)

Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos
Danilo André Bueno, Marta Lígia Pomim Valentim

Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista
Carlos Eugênio da Silva Neto, Janecely Silveira de Lima, João Wandemberg Gonçalves Maciel

Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico
Ricardo S. Andrade, Rubens R. G. da Silva

Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional
Sílvia Mendes Masson

Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)
Alexandre de Souza Costa, Alexandre de Souza Pontes

Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – ÁREA-FIM – PROMA

Otacílio Guedes Marques

Proposta de critérios para escolha de software gerenciador de arquivo: o caso do Centro de Memória da Extensão da UFES

Alzinete Maria Rocon Biancardi, Edílson Freire Filho, Luiz Carlos da Silva

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro

Moisés Rockembach, Lizete Dias de Oliveira

Dia 22/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Flávio Leal da Silva

(Professor da UNIRIO e Doutorando em Memória Social – UNIRIO)

O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo “Grupo Somos” do Arquivo Edgard Leuenroth

Antonio Gouveia de Sousa

Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local

André Malverdes

Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional

Renato Crivelli Duarte

Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral

Daniele Cavalieri Brando

Usuários e pesquisas do arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC)

Tassiara Jaqueline Fanck Kich, Carlos Blaya Perez

Estudo de usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Ivone Pereira de Sá, Jean Maciel Xavier

Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro século XIX e XX - características e peculiaridades

Solange Barbosa Bittencourt, Rosangela Maria Gaudie Ley Meneses

Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales

Edison Yamir Toledo Díaz

Dia 23/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Welder Antônio Silva
(Mestrando em Ciência da Informação – UFF/IBICT)

A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)
Eliezer Pires da Silva

A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de um campo extradisciplinar
Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues

A construção discursiva em Arquivologia: aspectos conceituais
Thiago Henrique Bragato Barros, João Batista Ernesto de Moraes

A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos
Eliezer Pires da Silva

A formação do estudante de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba

Aryelly S. C. de Sousa, Francinete F. de Sousa, Josivan Soares Ferreira, José Tavares dos Santos

O mercado de trabalho do profissional arquivista da UEL face à sua formação
Edilene Fatel Aureliano, Gisele Barreiros Oliveira, Linete Bartalo

A importância da leitura para os discentes do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB

Josivaldo Soares Ferreira, Josivan Soares Ferreira, Marli Batista Fidelis, Josenildo Forte de Brito

Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos profissionais da informação

Fernanda Pereira, Benildes Coura M. S. Maculan, Gercina Angela Borém O. Lima

Trabalhos apresentados nos Eventos Paralelos

21/10 - Auditório - 25º andar
14h00min – 17h30min

IV Reunião de Arquivos Judiciais

Gestão de documentos no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: uma evolução em gestão de documentos públicos
Gilberto de Souza Cardoso

22/10 - Auditório – 22º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Arquivos Médicos

Projeto de revitalização e modernização dos Arquivos Médicos
Vania Franco de Oliveira

22 /10 - Sala 1 - 18º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético

Nível de satisfação da organização documental da Usina Hidrelétrica de Itiquira – MT
Mariza Inês da Silva Pinheiro, Josilaine Oliveira Cézar

23/10 - Sala 1 - 18º andar
14h00min – 17h30min

V Encontro de Paleografia e Diplomática

A Diplomática Arquivística Contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti
Natália Bolfarini Tognoli

22/10 - Auditório – 22º andar
14h00min – 17h30min

II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo

Os arquivos do Poder Legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental
Ana Isabel de Souza Leão Andrade

Agradecimentos

Ana Lúcia Ferreira Gonçalves

André Ricardo Luz

Anna Szlejcher

Beatriz Kushnir

Carla Cavalcante de Hollanda

Carlos Wilton

Charlley Luz

Cláudia Bemfica

Clube de Engenharia

Conselho Nacional de Arquivos

Ely Bastos de Lima

Fernanda Soares

Flávio Leal da Silva

João Eurípedes Franklin Leal

João Nepomuceno

Lamberto Ricarte Serra Júnior

Marcos Moyses da Cunha

Maria Luiza Cavalcanti Jardim

Roberto da Costa Cardoso

Secretaria de Turismo da Prefeitura do Rio

Tereza Eleutério de Sousa

Vânia Maria Franco de Oliveira

Abertura do Congresso

A construção das múltiplas interfaces da arquivologia

18

Sessões Plenárias

Dia 21-10 Tema: Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Resumo do Mediador	27
Ensino e relações interdisciplinares da Arquivologia	30
Ensino: tendências para a formação em Arquivologia	44
Archivistica y Sociedad. Un alianza impresindible para el afianzamiento de la profesión (Texto não enviado pela palestrante)	

Dia 23-10 Tema: Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Resumo do Mediador	60
Fatores de Risco de Perda de Documentos Eletrônicos de Caráter Arquivístico	63
Certificação Digital integrada ao GED: conceitos, fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos analógicos para digitais	99

Dia 24-10 Tema: Normalizações e Políticas Arquivísticas

Resumo do Mediador	123
Normas e políticas públicas arquivísticas: uma abordagem conceitual	126
ISDF: uma nova norma para a recuperação do contexto	138
Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en España (Texto não enviado pela palestrante)	

Comunicações Livres

Dia 21-10 sala 4

Resumo do moderador	146
Programa de gestão documental do estado do Espírito Santo – PROGED	148
A Gestão Arquivística em uma Instituição de Ensino em Saúde: um Estudo de Caso	157
O Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um relato das atividades do projeto-piloto de organização do acervo documental da Faculdade de Ciências Econômicas	170
Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as instituições federais de ensino superior e tecnológico do ministério da educação.	185
Gestão arquivística de documentos no jornal correio brasileiro : do planejamento à ação	203
Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis.	223
Integração dos instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos (CPA) da universidade do estado de Santa Catarina (UDESC)	249

Dia 21-10 sala 5

Resumo do moderador	267
A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais	269
A contribuição da arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um museu.	283
Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens	300
Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem. Nossa Senhora Mediatrix de Santa Maria	319
A migração de suporte para preservação do acervo fonográfico da rádio MEC	333
Nova dança para uma velha orquestra os sistemas nacionais de informação	346
Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto	366

Dia 22-10 sala 4

Resumo do moderador (Texto não enviado pelo moderador)

Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)	386
Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos	405
Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista	416
Proposta de Critérios para Escolha de Software Gerenciador de Arquivo: O Caso do Centro de Memória da Extensão da Ufes	430

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro	440
Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – área-fim – PROMA	453
Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico	468
Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional	482

Dia 22-10 sala 5

Resumo do moderador	503
Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local	505
O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo grupo 'Somos' do arquivo Edgard Leuenroth	514
Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral	526
Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales.	539
Estudo de Usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ	555
Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional	566
Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do tribunal regional federal do Rio de Janeiro século XIX e XX – características e peculiaridades	579
Usuários e pesquisas do arquivo da casa de memória Edmundo Cardoso (ACMEC)	594

Dia 23-10 sala 4

Resumo do moderador	610
A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de um campo extradisciplinar	618
A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos	636
A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006)	656
Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos profissionais da informação	676
A formação do estudante de arquivologia da universidade estadual da Paraíba	687
O mercado de trabalho do profissional arquivista da Universidade Estadual de Londrina-UEL- face à sua formação	701
A importância da leitura para os discentes do curso de arquivologia da universidade estadual da Paraíba/UEPB	717
A construção discursiva em arquivologia: aspectos conceituais	734

Eventos Paralelos**I Encontro Nacional de Arquivos Médicos**

Projeto de revitalização e modernização dos arquivos médicos 754

I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético

Nível de satisfação da organização documental da usina hidrelétrica de Itiquira – MT 771

II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo

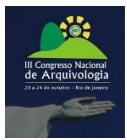
Os arquivos do poder legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental 788

IV Reuniões de Arquivos Judiciais

Gestão de documentos no poder judiciário do estado do Rio de Janeiro 801

V Encontro de Paleografia e Diplomática

A diplomática arquivística contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti 824



Plenária: Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

ENSINO: Tendências para a formação em Arquivologia no Brasil

Luiz Cleber Gak

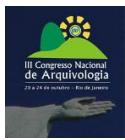
1. APRESENTAÇÃO

Esta apresentação está dividida em três momentos, o primeiro momento refere-se a contextualização da formação arquivística, apresentando alguns marcos cronológicos, desde a década de 1970 quando iniciam os cursos de Arquivologia, em universidades no Brasil, cotejando o currículo mínimo com suas matérias desenvolvidas em três anos.

O segundo momento refere-se a evolução da arquivologia e não somente da arquivologia, mas também da educação brasileira que, a partir de 1996, com a Lei de Diretrizes da Educação Nacional, passa a apresentar um panorama diferenciado, rompendo com as “grades” das grades curriculares, enfocando novas diretrizes com o inclusão de um novo conceito, a flexibilização que vai garantir um olhar mais sócio-educacional à educação brasileira.

O terceiro momento está dedicado aos desafios e perspectivas, principalmente em relação à educação a distância como protagonista para a democratização do conhecimento arquivístico no Brasil, país de dimensões continentais que deve buscar o atingimento de metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação, sendo uma delas a inclusão de pelo menos trinta por cento de jovens e adultos de 18 a 24 anos na universidade até o final da década de 2010.

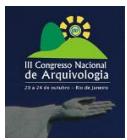
Assim, com o avanço legislativo em relação à educação a distância, com a Portaria número 4059 de dezembro de 2004 e o Decreto 5622 de dezembro de 2005.



2. CONTEXTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

A década de 1970 é fértil para a arquivologia brasileira, nesta a arquivologia passa a ter mandato universitário, estabelecido o currículo mínimo e criado o curso superior de arquivologia, primeiro na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, depois na Universidade Federal de Santa Maria e em 1978 na Universidade Federal Fluminense – UFF. Os eventos, em relação ao curso de arquivologia são:

- 1972, o Conselho Federal de Educação autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior.
- 1973, o curso de Arquivologia passa a ser reconhecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- 1974, o currículo mínimo do curso de graduação em Arquivologia é aprovado , com um mínimo de 2160 horas, distribuídas entre 3 e 5 anos, com as seguintes matérias:
 - . Introdução ao Estudo da História
 - . Noções de Contabilidade
 - . Noções de Estatística
 - . Arquivo I - IV
 - . Documentação
 - . Introdução a Administração
 - . História Administrativa, Econômica e Social do Brasil
 - . Paleografia e Diplomática
 - . Introdução à Comunicação
 - . Notariado
 - . Uma língua estrangeira moderna
- 1977 são criados dois cursos de Arquivologia: o da UNIRIO, oriundo do Arquivo Nacional e o da UFSM
- 1978 É criado o curso de Arquivologia da UFF.



Na década de 1980 nenhum curso de Arquivologia foi criado, no entanto, o Brasil tem o seu evento mais significativo, a aprovação da Constituição Brasileira em 1988 que revela questões importantes de cidadania e de segurança de registros, além do *hábeas data*.

Durante a década de **1990** mais três cursos foram criados: Universidade de Brasília - UnB - **1991**; Universidade Estadual de Londrina - UEL **1998** e Universidade Federal da Bahia – UFBA – 1998.

O ano de 1996 é muito significativo para a educação, pois a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96) constitui-se em marco de referência para o início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil. O governo Fernando Henrique Cardoso, a partir do seu primeiro mandato (1995-1998), iniciou ampla reforma que modificou o panorama da educação no país, em particular da educação superior, promovendo a elaboração e a aprovação de um arcabouço legal capaz de alterar as diretrizes e bases que sustentavam o modelo que se implementava desde a reforma universitária de 1968. Além disso, introduz mudanças concretas no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão, de produção do trabalho acadêmico, produzindo transformações significativas no campo universitário e na identidade das Instituições de Ensino Superior (IES).

Dentre as inovações trazidas pela Lei 9394/96 é possível destacar o estabelecimento de diretrizes gerais para a elaboração de currículos, pensado como ação básica para o planejamento nacional do ensino.

Assim, a educação superior deve preocupar-se com os cursos e programas que permitam a formação plural do profissional competente e do cidadão não apenas para atuar em sua área e de forma intensa, nos processos de transformação social.

Em 2001 foi aprovado, pela Lei 10.172 de 9 janeiro, o PNE – Plano Nacional de Educação.

O PNE identifica alguns problemas na educação superior, ou seja:



- a) o baixo percentual de atendimento, pois apenas 10% da população de 18 a 24 anos cursa esse nível de ensino;
- b) a expansão das matrículas tem sido maior no setor privado, precisando ocorrer com garantia de qualidade;
- c) a necessidade de fortalecer o setor público, já que “a manutenção das atividades típicas das universidades – ensino, pesquisa e extensão” - são importantes para o desenvolvimento do país;
- d) a distribuição regional desigual de vagas devido à “concentração das matrículas em instituições particulares por regiões mais desenvolvidas”; o setor público encontra-se melhor distribuído, o que contribui para a diminuição das desigualdades regionais;

Os assuntos mais trabalhados no PNE, pela ordem, são: expansão da oferta de educação superior; financiamento e gestão; avaliação do sistema; articulação entre currículo e mercado de trabalho; pesquisa e pós-graduação; extensão, controle e participação da comunidade.

A análise dos itens 1 a 23 revela grande preocupação com o(a): crescimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década; estabelecimento de política de expansão que diminua a desigualdade de oferta por regiões do país; implantação de sistema interativo de educação a distância; autonomia efetiva às universidades públicas e diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não-universitárias públicas e privadas; institucionalização de amplo e diversificado sistema de avaliação; instituição de programas de fomento para as IES, para a avaliação institucional e de cursos; sistema de recredenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódico dos cursos superiores; diversificação do sistema superior de ensino para atender clientelas com demandas específicas de formação; estabelecimento de diretrizes curriculares assegurando a flexibilidade e diversidade; consolidação da pós-graduação e da pesquisa no país; criação de políticas de acesso à educação superior que facilitem o ingresso das minorias, vítimas de discriminação; implantação de planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das instituições públicas; garantia da oferta de cursos de extensão nas instituições públicas e a implantação de Programa de Extensão nas IFES; criação de conselhos



**ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia**
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

com a participação da comunidade, objetivando maior acompanhamento e controle social das atividades universitárias.

De modo geral, identifica-se no PNE a política que vem sendo pensada, implementada e que deverá nortear a reestruturação da educação superior no país até 2010. Por meio do diagnóstico, diretrizes e, em especial, objetivos e metas constantes do item “educação superior”, verifica-se que a política governamental na área busca uma expansão acelerada por intermédio da diversificação da oferta, crescimento das matrículas no setor privado e racionalização dos recursos nas IFES, permitindo ampliação de vagas, sobretudo nas universidades federais.

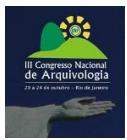
Objetiva-se também maior articulação dos currículos de formação com as demandas do mercado e maior controle da educação superior, através de amplo e diversificado sistema de avaliação, que ordene as tomadas de decisão em termos de gestão e do estabelecimento de políticas governamentais.

Em **2002**, a partir da Resolução n. 20 de 13 de março, do Conselho Nacional de Educação, são estabelecidas as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Arquivologia.

Em **2007** surge o REUNI, ou seja, Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - é uma iniciativa do Governo Federal que tem como um de seus objetivos tornar o acesso às Universidades mais democrático.

Hoje, apenas 10% dos jovens brasileiros, entre 18 e 24 anos, freqüentam o Ensino Superior, sendo que 80% destes se encontram em Universidades Privadas. Portanto, trata-se de uma proposta que objetiva reverter tal situação.

As Universidades Públicas não recebem investimentos há décadas e se encontram, hoje, sem possibilidades de recuperar e ampliar sua estrutura física, atualizar seus equipamentos e seu quadro de pessoal.



O REUNI se propõe, também, a expandir os recursos de investimento e de custeio das Universidades, ampliar o quadro de professores e de técnico-administrativos e aumentar a parcela do orçamento federal destinada à Educação Superior Pública.

No caso da UNIRIO, por ser uma Universidade com menos de 1200 docentes, os recursos de custeio e pessoal advindos deste Programa, nos próximos cinco anos, aumentarão em 32 % o orçamento atual.

É mesmo necessário reestruturar a Universidade?

A Universidade Pública apresenta características que a identificam como elitista, antidemocrática e fragmentadora do conhecimento. Ela é fruto de uma Reforma levada a cabo no final dos anos 60, em pleno período de repressão. Foi o regime autoritário que criou esta Universidade departamentalizada, formadora de profissionais para o mercado, muitas vezes sem o comprometimento com a formação de uma consciência política e social.

Nesse sentido, é urgente o repensar de outras formas de organizar as universidades, a partir de concepções educacionais que respondam aos ideais de um país mais justo.

3. DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS

Em 2004 desenvolvemos um estudo nas universidades brasileiras mantenedoras de cursos de arquivologia, visando a perceber se a Educação a distância era viável, naquele momento, a compreensão dos estudantes sobre educação a distância era incipiente, ou seja, tinham pouco conhecimento a respeito dessa modalidade de educação.

Alguns profissionais, produtores de conhecimentos na área arquivística, viam a educação a distância com desconfiança e argumentavam que a Arquivologia deveria se firmar primeiro, antes de se lançar a uma nova modalidade de educação.

Hoje, 2008, a situação é uma pouco mais complexa, pois a concentração de cursos de Arquivologia no Brasil permanece nas regiões sul e sudeste, privilégio que interfere no



desenvolvimento arquivístico de outras regiões do país além de existe a necessidade de democratizar o conhecimento e a formação na área arquivística.

A formação do arquivista brasileiro está concentrada, como mencionado anteriormente, no sul e no sudeste.

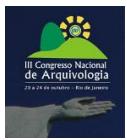
São seis as universidades mantenedoras nas duas regiões: (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Estadual de Londrina – UEL; Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Universidade Estadual de São Paulo – UNESP; Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - URGS), e apenas quatro no restante do Brasil, deixando de cobrir uma grande parte do território nacional e deixando de aproveitar o capital intelectual já consolidado na área, ou seja, os docentes que se mantêm em seus ambientes: pessoal e de trabalho, direcionando toda a atenção especificamente para a unidade em que está atuando, geralmente, a universidade.

Acreditamos que a partir da educação a distância, diferentes estratégias podem ser mobilizadas, como a defesa de políticas objetivando articular os esforços de aprimorar os programas de formação inicial com os de implantação de cursos de pós-graduação

Nessa linha de raciocínio, é possível direcionar a educação a distância: rompendo barreiras, atuando com flexibilização nas realidades e, sobretudo, democratizando o conhecimento arquivístico no contexto nacional.

É importante destacar algumas condições legais que oportunizam a oferta da formação a distância em nível superior, como é o caso do Decreto no. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Artigo 80 da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

A Educação a Distância é uma:



...modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A Educação a Distância, neste novo instrumento, deverá estabelecer, pontos obrigatórios como alguns momentos presenciais para:

- avaliações,
- estágios,
- laboratórios,
- defesas de trabalhos de conclusão de cursos

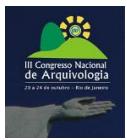
O art. 3º apresenta:

1º. Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

A Portaria MEC 4.059 de 10 de dezembro de 2004 normaliza a oferta de disciplinas nos cursos superiores na modalidade semipresencial

As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no Art. 81 da Lei 9394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

#1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos, organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.



#2º. Poderão ser ofertadas disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

O envolvimento com as questões da educação nacional direciona para o compromisso efetivo da construção de uma educação melhor: flexível, inclusiva e acima de tudo, democrática e libertadora.

É a partir desse envolvimento que se pretende dar um passo na direção de um cenário educacional arquivístico francamente democrático, aprendendo e ensinando sem as desconfianças castradoras que envolviam alguns debates, de peito aberto para entender e acatar as críticas que devem ser sempre construtivas.

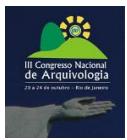
4. BASES PARA O PRIMEIRO CURSO SUPERIOR EM ARQUIVOLOGIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A concepção de uma proposta de Curso de Arquivologia a Distância deve levar em consideração as potencialidades dos profissionais docentes das universidades mantenedoras de cursos de Arquivologia. Deve ser orientada, em uma primeira versão, para um Curso Piloto com o objetivo de otimizar a formatação nessa nova modalidade.

Observa-se, porém que os requisitos indispensáveis para uma configuração a distância do Curso de Arquivologia estão consubstanciados na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº 20, de 13 de março de 2002, apresentando que as Diretrizes Curriculares deverão orientar o projeto pedagógico do curso.

Assim, no Art. 2º é definido que “o projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Arquivologia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos



- b) as competências e habilidades de caráter geral e comum e aqueles de caráter específico
- c) os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica
- d) o formato dos estágios
- e) as características das atividades complementares
- f) as estruturas do curso
- g) as formas de avaliação”

O princípio formal da qualidade de um curso de Arquivologia, seja presencial ou a distância, é configurada a partir dos itens apresentados acima e, no sentido estrito da educação a distância, o Ministério da Educação estabelece alguns indicadores de qualidade para autorizar cursos dessa natureza.

A principal preocupação de um curso de Arquivologia a distância deve ser a de “garantir continuamente melhorias na criação, aperfeiçoamento, divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e profissionais que contribuam para superar os problemas regionais, nacionais e internacionais e para o desenvolvimento sustentável dos seres humanos, sem exclusões, nas comunidades ou ambientes em que vivem.”

Um curso de graduação em Arquivologia a distância deve dar atenção para os seguintes pontos:

- arquitetura do projeto: identidade da Arquivologia e da Educação a Distância
- pessoal envolvido no projeto: equipe multidisciplinar
- articulação e integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade para o nível superior e especificamente para a Arquivologia
- infra-estrutura da universidade, visando ao apoio logístico
- interatividade e comunicação entre professor/aluno, aluno/aluno e aluno/professor



**ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia**
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

- parcerias, convênios, acordos com outras instituições

- custos de implementação e manutenção da graduação em Arquivologia a distância
- avaliação permanente e contínua da qualidade do curso

Com essa preocupação, descortina-se apenas dois pontos do futuro projeto pedagógico com base efetiva no projeto pedagógico do curso de Arquivologia presencial da UNIRIO.

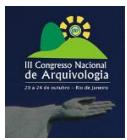
4.1 Perfil dos Formandos do Curso de Arquivologia a Distância

O Parecer da Câmara de Educação Superior – CES 492/2001 estabelece para a educação presencial que o perfil dos formandos fixado como uma das diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia compreende o domínio dos conteúdos da Arquivologia por parte do arquivista e o seu preparo para fazer face – com proficiência e criatividade – aos problemas de sua prática profissional, em especial aqueles que requerem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural.

Um entendimento claro é que a educação é una, não se divide. Se a área é Arquivologia, a educação é só uma, porém, a modalidade pode ser presencial ou a distância, é uma questão metodológica.

Nesse sentido, o currículo, como na modalidade presencial, deve direcionar-se para uma ampla “formação arquivística que considere, não somente a competência técnico-científica que o mundo do trabalho requer, mas também a competência para o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, o profissional da área de Arquivologia deve ter um perfil investigativo e crítico, visando a enfrentar as alterações sociais de forma natural.”

A formação do profissional de Arquivologia deve ser planejada e desenvolvida considerando-se a realidade concreta do campo de atuação profissional. Nesse sentido, os bacharelados em Arquivologia deve ter:



- Autonomia intelectual, capaz de desenvolver uma visão de cidadania plena, necessária ao exercício de sua profissão, como um profissional crítico, criativo e ético, capaz de compreender e intervir na realidade e transformá-la;
- Capacidade de desenvolver relações solidárias, cooperativas e coletivas;
- Possibilidade de produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias e esteja apto a compreender as necessidades dos grupos sociais e comunidades com relação a problemas sócio-econômicos, culturais, políticos e organizativos, de forma a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de preocupar-se em conservar o equilíbrio do ambiente;
- Constante desenvolvimento profissional, exercendo uma prática de formação continuada e que possa empreender inovações na sua área de atuação.

Deste perfil geral decorrem os objetivos que orientam a formação do profissional da arquivologia na UNIRIO, levando-o a:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando e atuando com a diversidade humana;
- Questionar a realidade formulando problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação;
- Compreender de forma ampla e consistente o processo educativo, considerando as características das diferentes realidades e níveis de especialidades em que se processam;
- Articular o ensino, a pesquisa e a extensão, buscando a produção do conhecimento e a solução de desafios e de problemas da prática arquivística;
- Lutar pela valorização do profissional de Arquivologia.

4.2 Processo de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia

Este texto, retirado do texto do Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, presencial da UNIRIO, é a sistemática que deve ser utilizada para a efetiva avaliação



qualitativa do curso e assim, deve fazer parte também da modalidade a distância. Dessa forma, a decisão de avaliar evidencia uma posição clara de interrogação e de abertura para críticas e sugestões, sempre orientada pelo objetivo de aperfeiçoar a proposta de um curso em seus diferentes momentos de implementação. Esta é uma condição indispensável para manter a qualidade do curso e para possibilitar mudanças na realidade dos espaços de formação profissional. Para tanto, é necessário ultrapassar aquilo que é apenas aparente, mantendo viva a utopia expressa no Projeto Pedagógico, construído de forma coletiva e, verdadeiramente, capaz de orientar o caminho teórico-prático adotado e as ações sócio-políticas e educacionais voltadas para o desenvolvimento do curso de Arquivologia.

A avaliação, além de permitir um balanço dos rumos da formação de profissionais de Arquivologia na busca de sua qualidade, constitui-se numa prática de pensar e repensar os fundamentos e os princípios, os objetivos, a identidade profissional delineada, a organização curricular, as formas de implementação e as condições de infra-estrutura e de recursos humanos envolvidos no trabalho pedagógico.

Assim, a avaliação de seu próprio Projeto orienta para que sejam contempladas as seguintes propostas:

- O caráter permanente e sistemático do processo avaliativo do Projeto Pedagógico do Curso numa periodicidade de, no máximo 2 (dois) anos;
- O envolvimento do conjunto dos docentes, estudantes e técnicos-administrativos que compõem a comunidade do Curso de Arquivologia, no processo de avaliação de seu Projeto Pedagógico;
- A análise da realidade do Curso de Arquivologia expressa pela condução metodológica na apresentação de conteúdos, nas diretrizes para o processo de avaliação do aprendizado, na organização curricular adotada, na distribuição de tempos curriculares, ou seja, a análise do projeto pedagógico como um todo;
- A articulação entre meios e fins necessária à operacionalização do projeto;
- A análise das contribuições das Unidades Acadêmicas que participam, no âmbito do curso, do processo de formação dos bacharelados e das demais instâncias, internas e



externas a UNIRIO, envolvidas no processo de formação inicial e continuada de bacharéis de Arquivologia;

- As contribuições da pesquisa e da extensão para o curso de Arquivologia;
- A articulação com os egressos do Curso e com a sociedade em geral.

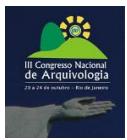
5. CONCLUSÃO

A capacidade de transformar e transformar-se, de ser capaz de desenvolver processos diferentes para diferentes perspectivas, de incluir o que pode estar excluído, de perceber que estamos em constante formatação, minuto após minuto, hora após hora, dia após dia, mês após mês, ano após ano; é entender que só a educação é a organização, construção e reconstrução da experiência.

A Educação a Distância promove a autonomia intelectual do educando, instrumentalizando-o para o enfrentamento crítico das situações cotidianas, seja na esfera profissional ou pessoal. O estudante deve refazer, com orientação pedagógica, o caminho do conhecimento, “acionando sua faculdade cognitiva, propiciando-lhe condições para descobertas, levando-o a produzir no ambiente em que atua, efeitos significativos, duradouros e passíveis de transferência a outras situações” (SCHÖN: 2000).

A educação a distância propõe uma construção progressiva. O importante é ter como início situações organizadas que podem configurar problemas e questões que, se resolvidas, proporcionem o caminhar, com relativa autonomia, em direção à internalização do conhecimento.

Se considerarmos que a Educação a Distância é uma modalidade de educação que elimina as barreiras geográficas e que a otimização dos recursos humanos e financeiros é evidente nesse sistema de educação, podemos concluir que desenvolver essa proposta de curso atuando em sistema de parceria com universidades mantenedoras de cursos de Arquivologia é a melhor opção.



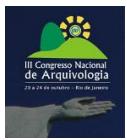
Não podemos esquecer que algumas exigências são fundamentais na implementação de um curso de Arquivologia a distância, por exemplo:

- a) Instalações físicas adequadas para as aulas, trabalhos, seminários etc
- b) Salas equipadas com telefone, fax e computadores com Internet
- c) Bibliotecas

É importante destacar que os encontros presenciais são fundamentais na arquitetura de um projeto de educação a distância em Arquivologia, ou seja, esses encontros visam a facilitar o processo de construção do conhecimento, propiciar um clima de pertencimento, conhecer a equipe pedagógica, colegas e profissionais, dentre outros objetivos.

Como recomendação, observa-se que o material didático deverá ser elaborado pela equipe de docentes do curso, sendo interinstitucional, devendo ser elaborado manuais de orientação com o objetivo de garantir a qualidade de todo o processo, como: Gestor, tutor, discente, orientação de elaboração do material didático, orientação de monografia, orientação para os encontros presenciais e estágio.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO possui uma Coordenação de Educação a Distância vinculada à Reitoria, que atua em todas as áreas em que a instituição possui cursos de graduação. Essa unidade possui os componentes necessários à implementação de um curso de Arquivologia a distância.



**ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia**
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

6 BIBLIOGRAFIA

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CATANI, Afrânio Mendes e Oliveira, João Ferreira de. Políticas e Expansão da Educação Superior: Concepções e Desafios. INEP. Brasília. 2006

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Norma internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

DECRETO N. 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.-

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PORTRARIA N. 4.059 de 10 de dezembro de 2004 que regulamenta a oferta de carga horária a distância em disciplinas presenciais.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos, princípios e técnicas. 4. ed. Trad. Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SHÖN, D. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro – Rio de Janeiro

Apoiadores :



unesp

NDC
Instituto de Documentação

**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

PREFEITURA
CULTURAIS INSTITUTO CULTURAL

ahm
Associação dos Municípios



UNIRIO



CIA/CIA - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO NACIONAL

DOCUMENT
MANAGEMENT

Patrocínio

PETROBRAS

ACECO

Realização



ENARA
Executiva Nacional das Associações
Regionais de Arquivologia

Organização



AAERJ
Associação dos Arquivistas
do Estado do Rio de Janeiro